Revista Internacional de Educação Superior [RIESup]
ISSN 446-9424

Artigo

DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7762

A EAD COMO RENOVAÇÃO DO MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO DO NÍVEL SUPERIOR

THE DISTANCE EDUCATION AS A RENEWAL OF THE BRAZILIAN EDUCATIONAL MARKET OF THE HIGHER LEVEL

LA EDUCACIÓN A DISTANCIA COMO RENOVACIÓN DEL MERCADO EDUCATIVO BRASILEÑO DEL NIVEL SUPERIOR

Alexandre Marinho Pimenta [i]

RESUMO: A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade educacional que tem crescido vertiginosamente no Brasil, sobretudo no nível superior, viabilizada pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs). Buscando se afastar do discurso ideológico que circula tal modalidade, analisaremos o atual papel da EaD no sistema de educação superior brasileiro, cujo mercado educacional é altamente consolidado e financeirizado. Para isso, partimos de uma compreensão crítica sobre a educação numa sociedade capitalista, para depois dimensionar quantitativa e qualitativamente o nosso sistema. Encontra-se uma forte relação entre expansão do sistema, mercantilização e EaD, notório por dados e discursos públicos e de grandes empresas do setor. Ao final, pode-se indicar a EaD como um mecanismo de renovação do mercado educacional do país.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Educação superior. Mercado educacional.

ABSTRACT: The Distance Education is an educational modality that has grown vertiginously in Brazil, especially in the higher education, made possible by the New Technologies of Information and Communication. Seeking to move away from the ideological discourse that circulates this modality, we will analyze the current role of the Distance Education in the Brazilian higher education system, whose educational market is highly consolidated and financed. To do this, we start with a critical understanding of education in a capitalist society, then quantitatively and qualitatively dimension our system. There is a strong relationship between system expansion, commodification and Distance Education, notorious for data and public discourses and large companies in the sector. At the end, the Distance Education can be indicated as a mechanism of renewal of the educational market of the country.

KEYWORDS: Distance education. Higher education. Educational market.

RESUMEN:La Educación a Distancia es una modalidad educativa que ha crecido vertiginosamente en Brasil, sobre todo en el nivel superior, viabilizada por las Nuevas Tecnologías de Información y Comunicación. Al buscar alejarse del discurso ideológico que circula tal modalidad, analizaremos el actual papel de la Educación a Distancia en el sistema de educación superior brasileño, cuyo mercado educativo es altamente consolidado y financieramente. Para ello, partimos de una comprensión crítica sobre la educación en una sociedad capitalista, para luego dimensionar cuantitativa y cualitativamente nuestro sistema. Se encuentra una fuerte relación entre expansión del sistema, mercantilización y Educación a Distancia, notorio por datos y discursos públicos y de grandes empresas del sector. Al final, se puede indicar a Educación a Distancia como un mecanismo de renovación del mercado educativo del país.

PALABRAS CLAVE: Educación a distancia. Educación universitaria. Mercado educativo.

Submetido em: 07/05/2017 – **Aceito em**: 21/06/2017 – **Publicado em**: 04/07/2017.

Revista Internacional de Educação Superior [RIESup] ISSN 446-9424
Artigo DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7762

INTRODUÇÃO

A educação a distância não é um negócio social,
pois a maioria das empresas de EAD têm fins lucrativos.
(Luiz Filipe Trivelato, diretor executivo da Sagah - 2016).

A EaD é uma modalidade educacional vem ganhado destaque na educação nacional, sobretudo a de nível superior. Acompanhando a tendência mundial, o país, através do setor público e privado, lançou mão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) para inserir de vez tal modalidade no seu sistema educacional.

A principal e polêmica justificativa apresentada em defesa da modalidade é seu potencial democratizante. Mas, como dizia Marx (1974, p. 355), nas disputas históricas, devemos distinguir sempre as aparências e discursos que defendem algo de sua realidade efetiva. Sem entrar no debate propriamente pedagógico da EaD, presente em autores como Dreyfus (2009) e Feenberg (2002), esse artigo visa responder se é plausível compreender essa modalidade como um mecanismo de renovação do mercado educacional brasileiro (mais especificamente, o setor privado lucrativo de cursos reconhecidos). Tal razão e sentido nos parece ser o principal motor para a EaD, tendo em vista a hegemonia cada vez maior do setor privado lucrativo na educação de nível superior no Brasil e, de forma mais geral, levando em conta a constante mercadorização e financeirização que serviços como a educação sofrem no capitalismo contemporâneo.

Partiremos de uma análise crítica sobre o papel da educação no capitalismo, enfatizando a sua função e espaço na valorização do capital, sobretudo nas recentes alterações de tal modo de produção. Em seguida, esboçaremos um breve histórico da educação superior brasileira, incluindo a modalidade a distância, enfocando também a estrutura sob a qual se organiza esse nível educacional. Por fim, analisaremos o atual mercado educacional brasileiro. Para tanto, veremos como se deu a consolidação e a financeirização desse mercado, quais principais agentes nesse processo, quais resultados e dimensões vem assumindo, destacando o papel do Estado brasileiro como fomentador da mercantilização. Dados do Ministério da Educação, falas e documentos de agentes desse mercado, além da revisão de literatura sobre o evento em questão, serão fontes essenciais para compreender o papel da EaD na renovação citada acima.

EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO, EDUCAÇÃO NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

Como em outros modos de produção, a educação no capitalismo possui uma função central: reproduzir as condições e as relações de produção em questão, mais propriamente, os agentes inseridos em tais relações através de uma divisão social do trabalho. Essa reprodução não é apenas "econômica", mas carrega desde sempre consolidação de bases de consentimento e consenso de uma determinada hegemonia. Como diz Poulantzas (1975, p. 36): “A reprodução

dos agentes, principalmente a famosa 'qualificação' dos agentes da própria produção, não se refere a uma simples 'divisão técnica' do trabalho – uma formação técnica – mas constitui uma efetiva qualificação-sujeição que se estende às relações políticas e ideológicas".

No capitalismo, o aparato primordial onde se desenvolve o processo educacional é o escolar. Esse aparato, altamente legitimado nas formações sociais capitalistas, possui uma tendência histórica a se massificar, em seus diversos níveis, seja por pressões políticas e ideológicas, ou meramente econômicas.

Por não escapar da luta de classes, tal terreno possui certa autonomia de disputa política, mas de modo geral não escapa dos determinantes estruturais desta sociedade. E isso inclui a paradoxal "democratização" do sistema educacional que, por mecanismos sofisticados e específicos, consegue realizar sua função de reprodução das desigualdades de classe com mais efeito ideológico, por ser menos excludente que no passado (PIMENTA, 2015). É isso que se trata a teoria da reprodução social (VILELA; COLLARES, 2009).

Uma necessidade material e objetiva dessa expansão também é verificada ao olharmos o campo do processo educacional como espaço para valorização e acumulação do capital (além do "humano"). Há décadas atrás, Braverman (1981, p. 372) já falava que o setor educacional tem se tornado "área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todo o tipo, e para a multidão de empresas subsidiárias". A massificação escolar estimula outros setores produtivos, como a construção civil e outras indústrias (no caso da EaD, a indústria de informática e de serviços de telecomunicações). Além disso, a própria educação tende a se tornar uma mercadoria-serviço a ser vendida no mercado. E, claro, acompanhando o crescimento da esfera financeira, ser objeto de crédito e/ou geração de valor fictício.

Segundo Roma (2013, *online*):

> os capitalistas que se encontram com excesso de liquidez de capitais passam a buscar valorização em diversos setores e nesse aspecto a educação tornou-se alvo de grandes empresas, constituindo-se um negócio promissor para grupos educacionais que compram centros educacionais por meio de fundos de investimento

Há algum tempo a Organização Mundial do Comércio (OMC) fala de uma constituição de um mercado internacional de "produtos e serviços educacionais". Para Sodré (2012, p. 57):

> o que há mesmo de novo no capítulo da mercantilização educacional é a constituição progressiva de um mercado mundial da educação – sob o impulso de organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a UNESCO, o Acordo Geral sobre o Comércio dos Serviços (AGCS), o Banco Mundial, a Comissão Européia e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – a despeito do fato de que o ensino ainda permaneça majoritariamente público e nacional num grande número de países.

Revista Internacional de Educação Superior [RIESup] ISSN 446-9424
Artigo DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7762

Obviamente, na construção desse mercado e sua financeirização há um papel ativo do Estado capitalista através de políticas específicas e endividamento público. Veremos isso concretamente no caso brasileiro, incluindo a modalidade EaD. Antes disso, precisamos de uma breve digressão sobre o sistema educacional de nível superior, seu histórico e estrutura no nosso país, assim como sobre a própria modalidade em si.

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A EAD: HISTÓRICO E ESTRUTURA

Como dito, a massificação do aparato escolar é uma tendência histórica do capitalismo. No Brasil, não é diferente.

O nível superior, antes fortemente elitizado, ganhou impulsos expansionistas no século XX, em países centrais, através de várias políticas e alterações institucionais (MARTINS, 2012; PRATES, 2007). A mercantilização e a diferenciação institucional, criando formatos institucionais não-universitários e vocacionais, moldaram a face do sistema de nível superior.

Em nosso sistema, a mercantilização fundamenta, em grande parte, os contornos da expansão, como diz Prates (2007 p. 123):

> o sistema privado de ensino constitui o 'equivalente funcional' do sistema terciário não universitário da Europa e dos EUA, na medida em que foi sua expansão que aumentou o acesso aos setores menos privilegiados da sociedade brasileira, e não o sistema público, que continuou fortemente elitista.

Também, para Silva (2011, p. 64):

> ao contrário de outros países onde a abertura do sistema de ensino superior se deu através de modelos institucionais diferenciados, como os *colleges* americanos, no Brasil a expansão se deu mais no setor privado, que assumiu um caráter mais vocacional, ofertando cursos com maior flexibilidade, currículos enxugados, com um processo seletivo mais brando, atraindo muitos estudantes de nível socioeconômico mais baixo, através de programas do governo de financiamento, de bolsas de estudos, como o Prouni [Programa Universidade para Todos].

No Brasil, a relação público-privado é central para compreender o sistema. Cunha (2004, p. 801) aponta uma "ambiguidade" histórica das políticas educacionais nesse nível: há tanto fomento ao público, mais elitizado, quanto ao privado (majoritariamente com fins lucrativos), motor histórico da massificação. Isso se vê tanto no primeiro "boom" de matrículas, na ditadura militar, como no segundo "boom", da década de 1990 para cá[2].

[2] A profunda recessão brasileira recente, o quadro fiscal frágil e uma contínua crise política geram um cenário propício para a redução do crescimento do sistema. Vários indicadores dispersos mostram isso, mas apenas com estudos futuros poderemos realizar tal afirmação de fato.

Para Balbachevsky (2014), atualmente temos no sistema brasileiro uma clara divisão por categoria administrativa - que é grande tributário dos formatos históricos de sua constituição e dizem respeito a duas grandes vocações acadêmicas distintas. O setor público, de uma forma geral, é marcado por grandes universidades, maior concentração de pesquisa e doutores. Enquanto no privado, há um caráter de massa e mercantil, com condições de trabalho e pesquisa mais precários, cujo diferencial é o preço baixo.

Apesar de, no último "boom", o sistema público ter sido alvo de mais recursos e ter se expandido e se diversificado, o setor privado ainda é majoritário e crescente. No nível das políticas governamentais, políticas para o nível superior do governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), 2003 até 2015, deram continuidade a vários programas (ex: Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, renovado com o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo) e tendências de Fernando Henrique Cardoso (FHC), presidente do período de 1995 a 2002, e sua reforma de cunho visivelmente privatista e gerencialista. Ao mesmo tempo, tais governos petistas alavancaram a importância do Estado e do setor público, inclusive com maior atenção à inclusão social. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), plano governamental petista que serviu de principal coordenador de ação e políticas públicas na área, contempla tanto programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Universidade Aberta do Brasil (UAB), que visam a ampliação e reforma da educação superior pública, quanto o PROUNI, que incentiva a iniciativa privada através de isenções fiscais e bolsas parciais ou integrais.

Importante lembrar que esse último período esteve sob a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e seu não antagonismo face ao setor lucrativo e demais flexibilizações e fomentos do mesmo, vide o impacto fundamental do Decreto nº 2306 de 1997, do governo FHC, para a criação, crescimento e diversificação de um grande setor privado de caráter legalmente lucrativo e comercial (SAMPAIO, 2014).

Ao vermos os números, ratificamos as afirmações. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2014 (BRASIL, 2015), o sistema comporta à época quase 8 milhões de matrículas de graduação, sendo que em 2003 não passavam de 3 milhões. No setor público, as matrículas quase dobraram de 2003 a 2014, chegando a 1,9 milhão. No entanto, comparativamente ao setor privado, não houve alteração significativa. O setor privado em 2014 dominava 3/4 das matrículas, e com ritmo de aceleração maior que o público.

Para Sampaio (2014, p. 106), o setor privado, desde o novo marco legal inaugurado pela LDB, e dado o contexto mais amplo das atuais políticas, começou a se expandir nas seguintes direções: concentração em grandes empresas, desconcentração regional e diversificação de cursos. E dentro desse bojo a utilização das NTICs como estratégia de ampliação, como

veremos mais detalhadamente a seguir. Assim o setor conseguiu ser o grande veículo de massificação do sistema brasileira.

Um dos grandes responsáveis por essa última expansão é a modalidade EaD, agora *online*[3].

Para Castells (2013), as NTICs, notadamente as multimidiáticas de alta capacidade de armazenagem e transmissão de dados, cada vez mais populares, integradas e interativas (computadores, aparelhos móveis diversos, por exemplo), realizaram o que chama de "revolução informacional" e inauguraram, sobretudo através da internet, uma realidade virtual, baseada em redes e fluxos informacionais, muito diversificada e decisiva para a sociedade contemporânea.

Nesse contexto contraditório, a EaD ainda aparece como fenômeno privilegiado e crescente - mais presente na educação de adultos e níveis superiores - que mescla processos de inovação tecnológica, massificação educacional e digital e mudanças radicais de paradigmas institucionais e de sociabilidades. Hoje temos diversas instituições pelo mundo a praticar EaD em diversos níveis e modos.

Para Stromquist (2012, p. 89):

> Uma característica positiva da globalização tem sido a explosão de novas tecnologias de informação e comunicação, as quais estão possibilitando o aprendizado à distância, através do uso da internet, que permite comunicação verbal e visual instantânea, assim como o emprego de ferramentas como vídeos, fotografias e imagens gráficas de todos os tipos. O uso de tecnologias para atender aos estudantes é muito promissor; e mais promissora ainda é sua aplicação para realizar treinamento no local de trabalho para os milhões de professores, particularmente os de zonas rurais, sem acesso aos programas presenciais que facilitariam seu desenvolvimento profissional.

Por trás do potencial inclusivo, a EaD é vista ainda com ampla potencialidade de se inserir e intensificar o mercado educacional, dada o impulso desta para diminuição de barreiras dos produtos e serviços educacionais e sua clientela. Corrobora Vitale (2007, p. 44) ao dizer: "la necesidad de aumentar las escalas de prestación de servicios educativos por parte de las megauniversidades es uno de los motores centrales del proceso de despresencialización global".

Segundo a Docebo, em seu relatório *eLearning Market Trends and Forecast 2017-2021* (DOCEBO, 2017), o mercado de Ead no mundo hoje movimento cerca de 30 bilhões de dólares.

[3] Importante frisar que os cursos em EaD, para serem reconhecidos no Brasil, possuem, obrigatoriamente, momentos de presencialidade. Mesmo que esta esteja definida de forma aberta: no sítio eletrônico da Kroton se fala de aula presencial transmitida via satélite.

DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7762

Sobre a história da EaD no Brasil, Santos (2006, p. 63) diz:

> A criação e implementação de um sistema nacional de educação a distância e a instituição de uma universidade aberta no Brasil vêm sendo desenhadas desde a década de 1970, mas tem na última década do século XX os momentos, não só de maior articulação, mas também de implementação das primeiras experiências de cursos de graduação. É também a partir da década de 1990 que os consórcios universitários aparecem no cenário educacional brasileiro como mais uma possibilidade de implementação da EaD no país. Esses consórcios revelam um movimento de acolhimento da EaD no interior, sobretudo, de algumas Instituições Públicas de educação superior no Brasil ainda que se apresentem constituídos por ações descontínuas e pela carência de financiamento efetivo para a sua consolidação.

A regulamentação da EaD se renovou em 2005, abrindo a modalidade a todos os níveis educacionais e estabelecendo parâmetros para a atuação da modalidade à luz do art. 80 da LDB. Uma forte expansão tem se verificado na modalidade, a ponto de estudiosos apontarem o Brasil como o país de mais forte consolidação de uma educação virtual na América Latina (VITALE, 2012, p. 29). No Censo da EaD (ABED, 2014), constatou-se um número muito expressivo de matrículas em EaD em todos os níveis: mais de 5 milhões e 700 mil - com mais de 70% disso sendo dos cursos livres, que nãos serão objetos de análise aqui. Segundo o próprio BRASIL (2015, *online*):

> Comparado com 2013, o número de ingressos nos cursos a distância cresceu 41,2% [em 2014], já nos cursos presenciais o aumento foi de 7,0%, o que é uma evidência de que os cursos a distancia estão em clara expansão [...] Entre 2003 e 2014, o número de ingressos variou positivamente 54,7% nos cursos de graduação presenciais e mais de 50 vezes nos cursos a distancia.

Comparando com o presencial, a EaD ocupa um papel cada vez mais central no sistema educacional brasileiro. Segundo o Banco de Dados do Censo de Educação Superior (BRASIL, 2016), em 2004, a EaD representava 1% das matrículas de graduação. Em 2009, 15%. Em 2015, atingiu o patamar de 21%. Nos últimos dez anos, as matrículas passaram de dezenas de milhares para mais de um milhão.

No início dos anos 2000, o setor público hegemonizava, inicialmente, as matrículas de graduação a distância, através de programas e consórcios de universidade públicas. Todavia, mesmo com a renovação de tais políticas com a UAB, a partir de 2006, não se conseguiu manter essa dominância por muito tempo. A iniciativa privada, majoritariamente de viés e objetivo lucrativo, adaptou-se à oferta da EaD e comandou a expansão da modalidade nesse nível educacional através da oferta de uma modalidade que atingiu enfim uma demanda que não queria ou podia escolher o presencial. Um novo mercado foi aberto.

Segundo o mesmo Censo de Educação Superior (BRASIL, 2014), em 2003, as matrículas nessa modalidade não passavam de 50 mil. Sendo quase 80% ofertada pelo setor público. A relação se inverte já em 2006, quando a dominância de cerca de 80% já era do privado

Essa inversão de dominância aconteceu num período de expansão extremamente acelerada da modalidade, o que traz mais peso à comparação. Se em 2003, 80% das matrículas na modalidade significava cerca de 40 mil matrículas, em 2014, os quase 90% das matrículas passamos para a casa do milhão. Além disso, a inversão foi mais radical: no presencial, o setor privado possui pouco mais que 70% das matrículas, menos que no a distância. O Censo da Ead (ABED, 2014) mostra que, em 2014, a maioria das empresas aumentaram seus investimentos na modalidade EaD, enquanto o quadro fiscal se torna cada vez mais restrito no Brasil. Ou seja, há possibilidade dessa inversão de dominância se aprofundar.

Resumindo, a EaD no país, desde a década de 2000, passou de uma modalidade pouco expressiva e com dominância do setor público para uma modalidade em vias de massificação e sob a direção do privado. Olhemos, agora, mais atentamente para esse novo mercado em expansão e consolidação.

CONSOLIDAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO MERCADO EDUCACIONAL NO NÍVEL SUPERIOR E A EAD: RENOVAÇÃO?

Para as empresas educacionais, e suas consultorias[4], o Brasil tem sido e ainda será um bom investimento por algum tempo. O nível superior indica possibilidades de um crescente mercado, por diversos fatores. Seccá e Leal (2009, p. 108-114) apontam alguns deles:

> a) Aumento da população jovem adulta (18-30 anos), frutos de altas taxas de crescimento populacional entre 70-80.
> b) Exigências do mercado de trabalho, seguindo tendências internacionais.
> c) Aumento do número de concluintes no ensino médio, desde a reforma do ensino médio da década de 90 no novo sistema educacional brasileiro, quase dobrando os números de matrículas e concluintes em uma década.
> d) Baixos níveis históricos de penetração do ensino superior no Brasil: grande demanda reprimida, baixa taxa de escolarização líquida na educação superior.
> e) Maior disponibilidade de financiamento estudantil e bolsas de estudo, programas como PROUNI [Programa Universidade para Todos], FIES [Programa de Financiamento Estudantil].
> f) Desregulamentação[5].

Como dissemos acima, o Estado capitalista é um fomentador central da mercantilização, e atualmente financeirização, da educação. No Brasil, a desregulamentação do mercado e políticas de incentivo são centrais para o setor privado e seus rumos atuais. Obviamente que estamos falando aqui de um processo contraditório e complexo, mas basta lembrar-se da força dos setores empresariais e seus *lobbys* e representantes na sociedade política, cuja função é colocar seus interesses em primeiro lugar. Silva Jr. e Sguissardi (apud CRUZ; PAULA, 2015, p. 244) afirmam que o ramo empresarial-educacional é organizado e sólido "tanto na economia como na política brasileira".

[4] "A pioneira no ramo é a CM Consultores, que atua desde 1988, cujo proprietário é o professor Carlos Antônio Monteiro, especializada em gestão educacional, na oferta de cursos e seminários. Destacam-se ainda: a PRS Consultores, Lobo & Associados Consultoria e a Hoper Educacional." (CARVALHO, 2013, p. 766).
[5] A "desregulamentação" que falam é a da LDB e sua abertura ao mercado.

Acima, falamos do marco legal presente hoje no país e sua abertura à mercantilização da educação. Programas do MEC como o FIES, o PROUNI e o Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Ensino Superior (Programa IES), este último com parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram e são verdadeiras fontes de renda, direta ou indireta, do setor privado. Vejamos dados deste programas de fomento ao privado.

Como diz Oliveira (2015, p. 78): "no ano de 2014 o FIES exigiu dos cofres públicos o montante de R$ 12,1 bilhões, enquanto ao PROUNI foi destinado cerca de R$ 600 milhões". Já a isenção fiscal causada pelo PROUNI ultrapassou 3 bilhões de reais entre 2006-2012, segundo levantamento de Costa (*apud* HOSTIN, 2014). "Nos 10 anos de vigência do Programa IES (1997-2007), foram contratados R$ 525,7 milhões do BNDES" (SECCA *et al*, 2010, p. 235).

Alguns programas ainda possuem certas restrições à EaD. No entanto, a tendência do cenário é ir se modificando. Segundo os dados do próprio Ministério da Educação, no ano de 2015 tiveram 223.903 mil bolsistas do PROUNI na modalidade a distância, já representando 15% do total. E, de qualquer forma, esses programas colaboraram na consolidação das empresas educacionais em grande parte bimodais, cuja modalidade a distância é apenas uma de suas opções de serviço.

Concomitante a essas políticas, temos a implementação paulatina de um ideário tido como "moderno" de competição entre instituições (ALMEIDA, 2012), que começam a adotar gestões empresariais nas IES. Tal postura é complementar e necessária à construção de um mercado educacional, sendo isso muito visível nas instituições de capital aberto, que voltam toda sua lógica para o atendimento de parâmetros voltados aos seus acionistas e outras figuras cujos únicos interesses na educação são nos dividendos que esta gera. Nos sítios eletrônicos das principais empresas educacionais visitados, existem áreas destinadas aos investidores e à governança corporativa, com informações voltadas ao universo financeiro.

Para compreender as recentes mutações no mercado educacional no Brasil, a financeirização apresenta um papel chave. A oligopolização, a entrada e participação de capitais internacionais, a busca frenética por redução de custos e maximização de lucros (alavancados pelo Estado), tudo se tornou possível pela abertura dos capitais aplicados neste mercado nas bolsas de valores e maior integração com o capital e instituições financeiras.

Tal processo vem ocorrendo, sobretudo, a partir dos anos 2000 (CARVALHO, 2013). Os ganhos das grandes empresas do setor, no segundo "boom" de matrículas, tornaram-se atrativos, por exemplo, para os fundos de investimentos privados com capitais nacionais e internacionais, que desde então comandam a lógica do setor. As idas e vindas das bolsas de valores e da *performance* do ativo-educação de cada empresa passam a ser determinantes para a orientação pedagógica e administrativa das IES, como dissemos.

As fusões são um mecanismo de grande preferência para ampliação de poder nesse modelo de mercado. A tendência à oligopolização é nítida. Segundo dados da CM Consultoria (*apud* HOSTIN, 2014), entre 2007 e 2013 tivemos em média 20 fusões por ano, a maioria absoluta no nível superior. Mesmo com uma desacelerada no contexto de recessão econômico e

diminuição dos auxílios estatais, as fusões continuam, agora com valores e instituições gigantescas. Recentemente, a Estácio aceitou a proposta bilionária de compra da rival maior, a Kroton - hoje a maior empresa educacional do mundo. Esta, já em 2014 comprou, após dezenas de outras instituições menores, uma das maiores empresas do setor, a Anhanguera, com a maior ou menos anuência do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). E caso a fusão com a Estácio ocorra, a Kroton comandará mais de 30% do mercado (REUTERS, 2016). Seu lucro líquido circula os bilhões; seus alunos, a casa do milhão.

Em recente apresentação institucional, a Kroton (2016, *online*) mostra que, atualmente, possui mais alunos de graduação e pós-graduação a distância que presencial. São 574 mil na EaD e 450 mil no presencial. Ou seja, no maior representante do "novo" mercado educacional brasileiro, a EaD já é maioria absoluta. Sua rede de EaD atinge mais de 600 municípios pelo país, em quase mil polos presenciais. Sua capilaridade é maior que a UAB, maior programa de educação superior público a distância - sendo um belo exemplo de "concentração dispersa" da oferta privada a qual se refere Sampaio (2014, p. 115). Sua mensalidade média é menos da metade do presencial.

O impacto da recessão econômico não atingiu em cheio o setor, que tem grande capacidade de adaptação, apesar de baques nas bolsas. A Kroton, por exemplo, trabalha atualmente com formas de financiamento próprio para estudantes e continua apresentando resultados impressionantes. As previsões de consultorias para o mercado de EaD no Brasil são promissoras. Para um estudo da Sagah e Educa Insights (GUIMARÃES, 2016), na década de 2020, a EaD ultrapassará a modalidade presencial no mercado educacional do nível superior.

Como vimos, nesse último período o setor privado tem apostado pesado na EaD, e rapidamente se tornou majoritário no campo. Isso é visível inclusive na fala dos próprios agentes do mercado. Carvalho (2015) fala que a EaD é visto por estes como um mecanismo estratégico para o novo mercado educacional (pós-financeirização). Já Strecker (2015, *online*) diz à Folha de São Paulo que "uma das alternativas de crescimento para os grupos [empresariais da educação superior] é o ensino à distância (EAD), com ticket (o jargão do mercado para mensalidade) mais baixo". Por fim, para a Forbes (2015, *online*): "Com desembolso menor e horários flexíveis, o ensino a distância virou uma forte alternativa para estudantes e um negócio irreversível para os grandes *players* [participante de mercado financeiro]".

Importante frisar ainda que duas condições importantes para o mercado EaD tem crescido no país: a aceitação cultural, via pesada *marketing* educacional, com *think tanks* como a Associação Brasileira de Educação a Distância; a massificação dos dispositivos tecnológicos de informação de uso pessoal.

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI-IBOPE, 2014) mostra que 79% da população hoje concorda total ou parcialmente que a EAD é uma solução para levar educação a mais pessoas. Mesmo que a grande maioria nunca tenha frequentado nenhum curso a distância.

Já o acesso às NTICs e internet se ampliou muito no país, como se vê nos atuais dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2013, p. 166) e na própria experiência cotidiana do país.

CONCLUSÃO

A educação superior tem sofrido grandes transformações. A inserção das NTICs e uma maior influência do setor privado são duas características marcantes nesse cenário. No Brasil, ambas características têm reformulado o sistema educacional de nível superior, reforçando as tendências de mercantilização e financeirização presentes desde o início do processo de massificação e expansão do mesmo.

Vimos como o caso brasileiro é paradigmático para compreender como a educação, ao mesmo tempo que qualifica os agentes para a divisão do trabalho capitalista, pode-se tornar um campo de valorização e acumulação do capital extremamente atrativo. A colaboração do Estado capitalista se mostra fundamental. As inovações técnicas e organizacionais, incluindo a EaD, são utilizadas nesse mercado, com auxílio estatal, como estratégias para ampliação do lucro, sob dominância cada vez maior do capital financeiro. O processo educacional, "paixão" assumida desses capitais (o lema da Kroton é "paixão por educar"), tornou-se apenas meio para outra paixão mais visceral do capitalismo (e menos anunciada por empresários-educadores): o dinheiro.

REFERÊNCIAS

ABED. **Censo EaD.br**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2013. Curitiba: Ibpex, 2014.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BALBACHEVSKY, E. Higher Education in Brasil: different worlds and diverse beliefs. **Comparative and International Higher Education**, v. 5, p. 71-74, 2014.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 54, p. 761-776.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Financeirização da educação superior no Brasil. **Anais** do Seminário Internacional: Os diferentes modos de privatização da educação no mundo e as estratégias globais e locais de enfrentamento. 2015. Disponível em:

<http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2015/09/Cristina-Financeirizacao-da-educacao-superior-no-Brasil-evento-internacional-CONTEE-setembro-2015.pdf >. Acesso em: 09 ago. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CNI-IBOPE. **Retratos da educação brasileira**: educação a distância. Brasília, CNI, 2014.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil:** TIC domicílios e empresas 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. O setor privado-mercantil de educação superior no brasil e a educação a distância. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 242-251, dez. 2015.

CUNHA. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – estado e mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, n. esp., p. 795-817, out. 2004.

DOCEBO. **E-Learning market trends and forecast 2017-2021**. Canada: DOCEBO, 2017.

DREYFUS, Hubert L. **On the internet**. 2. ed. New York: Routledge, 2009.

FORBES. **Educação torna-se negócio rentável para acionistas no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/negocios/2015/02/educacao-torna-se-nogocio-rentavel-para-acionistas-no-brasil/ >. Acesso em: 9 ago. 2016.

HOSTIN, Adércia Bezerra. Financeirização da educação no Brasil: a transformação da educação em mercadoria. **Anais** do II CONAE 2014. Disponível em: <http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2014/11/Financeirizacao-Educacao-Brasil.pdf >. Acesso em: 9 ago. 2016.

FEENBERG, Andrew. **Transforming technology**: a critical theory revisited. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2002.

GUIMARÃES, Anna Luiza. **Oferta de ensino superior a distância pode superar a de presencial em breve**. Porvir. Online. 17 de outubro de 2016. Disponível em: <http://porvir.org/oferta-de-ensino-superior-distancia-pode-superar-de-presencial-nos-proximos-anos/ >. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARTINS, Carlos Benedito. Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro?. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 29, p. 100-127, 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Apresentação - Censo da Educação Superior 2014**. 2015. Disponível em: < <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf >. Acesso em: 8 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo da Educação Superior 2015.** 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior >. Acesso em: 31 maio 2017.

KROTON. **Apresentação Institucional**. 2016. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=98AE0455-362F-48B8-B55B-9FB0E58228F6> . Acesso em: 09 ago. 2016.

OLIVEIRA, Inaê Soares de. A educação vai ao mercado: considerações sobre mercantilização do ensino superior brasileiro. **Universidade e Sociedade**. 2015, n. 56, p. 72-83.

PIMENTA, Alexandre Marinho. **A reprodução educacional por outros meios:** dualidade intrainstitucional da Universidade de Brasília no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo hoje**. São Paulo: Zahar, 1975.

PRATES, Antonio A. P. Universidades VS terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro. **Sociologias,** 2007, n.17, p. 102-123.

REUTERS. **Estácio aceita oferta da Kroton, e fusão deve criar gigante universitária**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/kroton-melhora-oferta-e-conselho-da-estacio-diz-que-aceita-uniao-20160701092505271435.html> . Acesso em: 9 ago. 2016.

ROMA, C.C.L. Financeirização da política educacional em tempos de neoliberalismo. In: **Anais** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma. br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impassesedesafiosdaspoliticasdeeducacao/ financeirizacaodapoliticaeducacional emtemposdeneoliberalismo.pdf >. Acesso em: 7 ago. 2016.

SAMPAIO, Helena. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. In: BARBOSA, M. Ligia O. (Org.). **Ensino Superior:** Expansão e Democratização. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p.103-128.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital:** interfaces com a educação a distância. 2008. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes; LEAL, Rodrigo Mendes. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **BNDES Setorial.** Rio de Janeiro, n. 30, p. 103-156. 2009.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes; SOUZA, Rodrigo Mendes Leal; MENEZES, Natalia Maria Lopes. O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro Programa IES (1997-2007). **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 31. p. 227-252. 2010.

SILVA, Matheus Faleiros. **Expansão do ensino superior e diferenciação institucional:** uma análise comparativa do efeito dos modelos clássicos e vocacionais sobre o status operacional de seus egressos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SODRÉ, Muniz. Financeirização do mundo e educação. **IC – Revista Científica de Información y Comunicación.** n.9, p. 49-60, 2012.

STRECKER, Marcos. Grupos de ensino enfrentam desafio de se adaptar à crise e à queda do FIES. **Folha de São Paulo online**. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1704925-grupos-de-ensino-enfrentam-desafio-de-se-adaptar-a-crise-e-a-queda-do-fies.shtml >. Acesso em: 09 ago. 2016.

STROMQUIST, Nelly P. Educação Latino-Americana em tempos globalizados. **Sociologias**. 2012, v.14, n.29, p. 72-99.

VILELA, Elaine Meire; COLLARES, Ana Cristina Murta. Origens e destinos sociais: pode a escola quebrar essa ligação? **Revista Teoria & Sociedade,** n. 17, jul./dez. 2009, p. 62-93.

VITALE, Cláudio Rama. La despresencialización de la educación superior en América Latina: ¿tema de calidad, de cobertura, de internacionalización o de financiamiento? **Apertura**, v.7, n. 6. 2007, p. 32-49.

VITALE, Cláudio Rama. **La reforma de la virtualización de la universidad**: el nacimiento de la educacion digital. México: EDG Virtual, 2012.

[i] **Sobre o autor**

Alexandre Marinho Pimenta
E-mail: alexmpsin@hotmail.com / ORCID: http://orcid.org/0000-0001-8285-1930
Universidade de Brasília - Brasil
Mestre em Sociologia pela Universitária de Brasília [UnB].